

# PERSPECTIVAS DO RACISMO NA CONDIÇÃO DA MÃE NEGRA DE UM FILHO MORTO: PANORAMA DE JORNALISMO LITERÁRIO\*

*PERSPECTIVAS DEL RACISMO EN LA  
CONDICIÓN DE LA MADRE NEGRA  
DE UN HIJO MUERTO: PANORAMA  
DEL PERIODISMO LITERARIO*

Júlia Silva de Oliveira 1  
Marinete Luzia Francisca de Souza 2

Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Universitário do Araguaia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9042480662925788>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4086-6119>. E-mail: [silvadeoliveira.julia@gmail.com](mailto:silvadeoliveira.julia@gmail.com)

Professora Adjunta II na Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Universitário do Médio Araguaia e no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, do Câmpus de Cuiabá. Licenciatura em Letras - Português e Literaturas; Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Literaturas de Língua Portuguesa (investigação e ensino), pela Universidade de Coimbra. Publicou, em coautoria, com Célia Maria Domingues da Rocha Reis, a obra Pedro Casaldáliga e poética de emancipação, pela EDUFMT, em 2014. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/846488656238626>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8801-9694>. E-mail: [marineteluzia2@gmail.com](mailto:marineteluzia2@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo apresenta os resultados de um estudo sobre mulheres afrodescendentes que perderam filhos em contexto de violência urbana na cidade de Aragarças – GO. Discutem-se dados sobre a condição racial da população brasileira, com números relativos à homicídios da população negra, em contexto de violência urbana. Em seguida, é debatida a história do feminismo negro no Brasil tendo por fundamentação teórica os estudos de Bell Hooks e por metodologia o jornalismo literário com uso de entrevistas. Utilizam-se também conceitos de genocídio, de Abdias Nascimento (2018), assim como teorias dos seguintes autores: Hooks (2014) Fonseca (2006), Franca (2017) e Shoihet (2004). **Palavras-chave:** Mulher. Negra. Jornalismo literário. Genocídio. Jovens assassinados.

**Resumen:** Este artículo presenta los resultados de un estudio sobre mujeres afrodescendientes que perdieron sus hijos en contexto de violencia urbana en la ciudad Aragarças – GO. Se discuten datos sobre la condición racial de la población brasileña, con números relativos a los homicídios de la población negra, en contexto de violencia urbana. Luego, es debatida la historia del feminismo negro en Brasil teniendo como fundamentación teórica los estudios de Bell Hooks y por metodología el periodismo literario mediante entrevistas. Se utilizan también conceptos de genocidio, de Abdias Nascimento (2018), así como teorías de los siguientes autores: Hooks (2014) Fonseca (2006), Franca (2017) y Shoihet (2004).

**Palabras clave:** Mujer. Negra. Periodismo literario. Genocidio. Jóvenes asesinados.

\*Artigo elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Júlia Silva de Oliveira, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marinete Luzia Francisca de Souza, defendido em abril de 2019, no Curso de Jornalismo da UFMT- Câmpus Universitário do Araguaia, sob o título “Mãe de filho preto. Mãe de filho morto: mulheres resistência”. O TCC constituiu um produto midiático na modalidade de livro de jornalismo literário.

## Introdução

É de conhecimento público que o grupo de pessoas predominantes no Brasil é de pessoas negras e pardas chegando a 54,9% em 2016, sendo que de 2012 a 2016 os autodeclarados pardos e pretos aumentaram 6,6% e 14,9%, respectivamente. Isso significa não só que a população negra cresceu, mas que social e politicamente um número maior de pessoas se sentem confortáveis em afirmar sua negritude.

Dados mostram que 96,4% das pessoas que morrem vítimas de armas de fogo no Brasil são homens. A pesquisa aponta que entre os jovens de 15 a 29 anos, a mortalidade por arma de fogo cresceu 699,5% entre 1980 e 2014, sendo que nos anos entre 2003 a 2014, enquanto o número de mortos por arma de fogo diminuía em 26,1% para a população branca, para a negra esse valor aumentava para 46,9%, desses 70,5% vítimas de homicídio.

Já os dados que se tem sobre vítimas de violência policial e homicídios são relativamente raros, visto que a porcentagem populacional é oferecida pelo IBGE, em que as pessoas se autodeclararam de determinada raça/cor e o índice de mortalidade é dado pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), no qual legistas determinam raça/cor das vítimas.

Contudo, parte da violência com essa população continua invisível. É o caso da indiferença para com as mães que sofrem indiretamente com o falecimento prematuro de seus filhos, passam as dificuldades no sistema judiciário e, em certos casos, por coerção policial.

Ferrari<sup>1</sup> sugere que haverá invisibilidade de pessoas negras enquanto cidadãos silenciarem socialmente. Sendo assim, o silenciamento que a população negra sofre, desde o período escravocrata, é chamado de silêncio da proibição, que atua como um silêncio político, de modo que, esses indivíduos têm sua fala mediada, não sendo possível a elucidação dos fatos acontecidos consigo mesmos.

É certo dizer que devido aos métodos utilizados para determinar raça e cor, tal como os dados que se tem sobre a mortalidade de homens negros, as histórias de mães negras também são mediadas e, por isso, silenciadas e invisibilizadas, efetivando a retirada do protagonismo da mulher negra sobre seu própria dor.

Este texto tem por temática a vivência de mulheres negras periféricas que perderam seus filhos para o mundo do crime e, em consequência disso, foram mortos, vitimados pela violência do tráfico ou policial. O objetivo principal é retratar situações de resistência no dia-a-dia de mães de Aragarças - GO, que perderam seus filhos, transpassando sua história de vida, para refletir sobre os processos de resistência dessas mulheres e identificar a presença do feminismo negro na vivência delas.

As entrevistas foram realizadas na casa das participantes. Foi utilizado o celular como gravador, câmera, caderno e caneta, além de um questionário pré-estipulado. Uma das entrevistadas permitiu apenas uma conversa na qual deveria obter todo material necessário para a composição do estudo, enquanto foi feita uma segunda vez com a segunda entrevistada, porém foi ir sem avisar, visto que a mesma tem problema com alcoolismo e sente ansiedade ao falar sobre seu filho, fazendo com que ela beba mais, mesmo assim, ao chegar ela já estava alcoolizada.

A pesquisa *Mãe de filho preto, mãe de filho morto: mulheres resistência* (colocar aqui um breve rodapé explicando que o projeto resultou num livro) foi idealizado quando tivemos contato com outros estudantes negros e periféricos da Universidade Federal do Mato Grosso, em Barra do Garças, que nos mostraram, sem interesse, o RAP<sup>2</sup> do ADL (Além da Loucura), dupla carioca composta por dois homens favelados envolvidos com drogas e com o crime no Rio de Janeiro.

Isso nos motivou a pensar a temática negra, mais especificamente, sobre mães negras de Barra do Garças - MT porém, com a proximidade da cidade com Pontal do Araguaia - MT e

1 FERRARI. A. J. O silêncio da Dona Amélia. Mulheres em discurso: identificação de gênero e práticas de resistência, Pontes Editores, p 231 – 250, 2017. Acesso em: 12/07/2018.

2 RAP, estilo musical de 1970, originário das comunidades negras dos Estados Unidos que mistura rima, poesia e beatbox (batida na caixa). Sua sigla significa rhyme and poetry (rima e poesia), que é a maior característica do estilo.

Aragarças – GO, optou-se por abrir as possibilidades e abordar a temática nas três cidades. Foram encontradas dificuldades em localizá-las. Conversamos com algumas senhoras cujos filhos tinham morrido vítimas de violência, porém não se identificavam enquanto mulheres negras.

O trabalho resultou na transcrição jornalística, de modo literário, de histórias narradas por duas mães e análises de suas realidades, ou seja, a escrita do relato de seus modos de resistência social e ideológica, além de sua supervivência antes e depois da morte de seus filhos, considerando tais acontecimentos como parte de uma atividade genocida – extermínio parcial ou total de uma comunidade, neste caso, o da população negra, mais precisamente, meninos e homens negros, entre 15 e 40 anos.

Neste sentido, o intuito desta pesquisa foi relatar e analisar histórias de silenciamento sofrido por mães negras periféricas que perderam seus filhos, infratores, vítimas de morte por violência, advindas de suas infrações, ou do sistema institucional (dificuldades na escola, violência policial e outras), com foco em sua história de vida, desde o seu nascimento, sua criação, perpassando a perda de seus filhos, seus vínculos com o mundo do crime e finalizando na conclusão da sua história com os dias atuais.

Dessa maneira, coloca-se a importância de retomar a temática sobre o lugar da mulher negra na sociedade e ouvir quem foi silenciada desde suas origens, compartilhando esses relatos por meio do jornalismo literário.

Os resultados além de serem apresentados neste artigo, foram sistematizados em um livro. O ponto de diferenciação do livro jornalístico em questão está na composição da escrita, que utiliza a linguagem conotativa a partir da expressão da mulher-negra-periférica-interiorana que respalda a escrita literária. Em alguns pontos, usa-se da linguagem denotativa por meio da transcrição direta da fala, para evidenciar as situações vivenciadas pelas envolvidas, sendo eu enquanto mediadora e as mães como personagens. Tal abordagem favoreceu a manifestação dessas mulheres sobre sua história, resistência, resiliência.

## Situação da mulher negra no Brasil – contexto

Segundo Nascimento (2018)<sup>3</sup>, no Brasil, durante o período de escravidão, a proporção de mulheres em relação aos homens era, em média, uma para cada cinco, que estavam automaticamente excluídas do direito de estabelecer estrutura familiar estável. Via de regra, a mulher era destinada a exploração sexual da “classe dirigente portuguesa”, que não obstante com estupros, eram acostumados a colocar as “negro-africanas” na condição de amas.

Para além desses casos, a Lei Áurea em 1888 elevou a quantidade de mortes, pelo que Abdias do Nascimento<sup>3</sup> chama de “multiplicação do crime”, por meio dos assassinatos em massa dos “africanos livres”, sem assistência econômica ou social.

Tal processo se torna ainda mais degradante quando analisado o comportamento do filho branco do colonizador que, ao ser convocado à batalha, enviava o escravizado para morrer em seu lugar, “preferindo arriscar a vida negra antes que a sua própria vida branca” (NASCIMENTO, 2018 p. 80), o que, para o colonizador seria mais uma forma da participação negra na sociedade civil.

No entanto, a história de resistência das mulheres se dá a partir do sofrimento da população marginalizada no período pós-escravatura, entre 1890 e 1920. Rachel Soihet<sup>4</sup>, que em seu artigo *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano* (2018), não deixa claro estar tratando da mulher negra, utiliza-se da palavra “pobre” para abordar o sofrimento da ex-escravizada, considerando o período estudado e o ano em que a escravidão efetivamente acabou no Brasil, em 1888. Pontua que, “apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aqueles das camadas populares possuíam características próprias padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência.” (NASCIMENTO, 2004, p.307)

Naquele período, o país passava por um sistema de higienização, com o objetivo de

3 Professor universitário e ativista, Abdias do Nascimento também trabalhou como ator e dramaturgo. Em todas as suas funções defendeu a causa negra.

4 SOIHET, R. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: História das mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. v. 2, cap. 13. Acesso em 20 jul. 2018.

eliminar modelos sociais e cívicos indesejados. Para que isso funcionasse, o governo criou um método para corrigir os maus hábitos, baseando-se em pesquisa científica que determinavam características genéticas para diferenciação de atributos como inteligência e força para o homem e, ser mãe e delicadeza para as mulheres, por exemplo.

Por outro lado, a rápida urbanização acelerou o processo de migração para capitais e grandes centros que, em teoria, teriam mercado de trabalho mais amplos que o campo. A população pobre se instalava em casas coletivas, cortiços e pensões, entretanto, os hábitos considerados nesses espaços, eram considerados símbolo de atraso e de corrupção moral. Tais fatos fizeram com que, essas residências, fossem retiradas desses locais centrais dando lugar a espaços de centralidade burguesa, como casas de Ópera. (SOIHET, 2004)

O processo civilizatório nos grandes centros foi prejudicial para a classe pobre, em especial para as mulheres [negras], que precisavam deixar de trabalhar em suas casas, para exercer “subfunções”. Além disso, relaciona-se às afrodescendentes o mau hábito de andarem sozinhas pelas ruas. Segundo Soihet (2004)

A rua simbolizava o espaço de desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo médicos e juristas, exercer vigilância constante sobre suas filhas, nesses novos tempos de preocupação com a moralidade como a indicação de progresso e civilização (SOIHET, 2004 p. 309).

Soihet (2004) aponta que as mulheres de classes mais pobres não se adaptavam às características impostas como universais ao sexo feminino, tais como a submissão, o recato, a delicadeza e a fragilidade, visto que essas faziam parte do grupo que trabalhava fora de suas casas, não eram formalmente casadas e falavam palavrões nas ruas, fugindo aos estereótipos de civilidade.

Outra característica das mulheres pobres era o distanciamento da burocracia do casamento, pois com ele viria à perda de autonomia, divisão dos lucros obtidos com o trabalho e a subordinação ao marido, além de possíveis agressões advindas dos poderes da época, que eram entregues ao homens que incluíam a força e os maus-tratos.

As diferenças de raça e classe econômica desenvolveram padrões morais que incluía o ideal de castidade. O matrimônio era sinônimo de bom comportamento e bons hábitos entre as mulheres. Isso significa que ir contra esse modelo social fazia parte, mesmo que involuntariamente, de algo que desnivelava socialmente mulheres negras e pobres do Brasil, que aboliu a escravidão, mas não restringiu certos tipos de preconceitos.

Para o homem pobre, cabia o papel de mantenedor do lar, previsto pela ideologia dominante, assim como o papel de dominador, padrão ao homem de alta classe, contudo, esses exemplos de bons hábitos masculinos, não conseguiam ser atingidos por homens de outras classes, sendo esses também motivos para a violência doméstica contra a mulher.

Entretanto, as mulheres de classes populares, vítimas dessa violência, se rebelavam contra os maus tratos de seus companheiros, com uma violência proporcional “precipitando soluções extremas, mais uma vez, desmentindo os estereótipos correntes acerca de atitudes submissas das mulheres” (SOIHET, 2004, p. 310).

Abdias do Nascimento (2018) afirma seu descontentamento com a forma que o negro participa do processo histórico e afirma que a população negra deveria reavaliar fatos como o processo de dar a vida por um país que não os reconhecia enquanto seres humanos e que, até hoje, “os mantêm como cidadãos de segunda classe”.

## **Peculiaridades do jornalismo literário**

O livro de que tratamos aqui foi escrito com base nos conceitos que o pesquisador Pena (2011) considera importantes conterem em um livro de jornalismo literário. Baseio-me no conceito denominado “estrela de sete pontas”, que consiste em sete propriedades que deve conter um livro pertencente a tal gênero.

Sendo essas: a) potencializar os recursos jornalísticos de investigação, observação e abordagem, levando em consideração os sentimentos não ditos dos entrevistados, questionando além do que está dito; b) ir além dos acontecimentos cotidianos, procurando entender de que maneira aquele acontecimento influenciou em sua vivência; c) proporcionar ao leitor uma visão maior dos fatos, contextualizando as informações de forma detalhada, tanto as dos acontecimentos, como situando o leitor o tempo e espaço; d) exercitar a cidadania de forma a manter um compromisso social, ou seja, trabalhar o tema escolhido sob a forma de questionamentos sobre a sociedade atual, porém, sem sensacionalismo; e) deixar de seguir a metodologia comum do jornalismo relativa à linguagem, chamada de *lead*, que consiste em responder as perguntas “Quem? Quando? Onde? Como? Por que?”; f) evitar as chamadas fontes primárias que são políticos, médicos, psicólogos, entre outros; g) fugir das superficialidades dos fatos, observando sentimentos e sensações que os entrevistados tiveram durante a entrevista.

Segundo Pena (2011), os repórteres devem ser mais subjetivos. O jornalista precisa sair das rédeas do *lead* e dos manuais da redação, apresentar em sua escrita, características literárias, abusando de interjeições, itálicos e pontuações. O objetivo é apurar os fatos com o máximo de profundidade possível e transpassar as informações com a mesma intensidade.

Outras características importantes que podem ser encontradas é a reconstrução das histórias a cada cena; registrar os diálogos, registrar as cenas dos vários pontos de vista do personagem, mostrar o dia-a-dia, com hábitos, roupas, gestos e outros símbolos dos personagens.

Pena (2011) também discorre sobre o Jornalismo Gonzo, um modelo de jornalismo que consiste em envolver profunda e pessoalmente o autor na elaboração da matéria. Isso significa que tudo que for narrado é a partir da perspectiva não do personagem, mas de quem escreve. Características como irreverência, sarcasmo, exageros e opinião, fazem parte do processo de escrita, saindo do molde estipulado pelo jornalismo comum.

Outro importante gênero jornalístico é o Novo Jornalismo, que explora situações do cotidiano, marginalizações e subculturas. Para Felipe o intuito dessa classe jornalística “é assumir um perfil ativista, questionar valores, propor soluções” (PENA, 2011, p. 60)

O novo jornalismo trabalha de forma a inserir o repórter significativamente em sua matéria e na rotina de seus entrevistados. O objetivo, como pontua o autor, é fazer uma imersão irrestrita e intensa, na tentativa de construir um elo entre “subjetividade perspectiva e a realidade observada” (PENA, 2011, p. 60).

Outra característica do movimento é o tom informal, declaratório, quase sem preocupações com a elegância estilística, o que não significa pobreza vocabular, mas sim o desejo de expressar a linguagem das ruas e se aproximar da atmosfera retratada (PENA, 2011 p. 61).

Também inserido no Jornalismo Literário está a biografia, que fornece uma relação entre jornalismo, literatura e história, que consistem, minimamente, na narrativa de determinados personagens, esse modelo de escrita “é o fio condutor de todo o enredo. Os acontecimentos, por mais importantes que sejam, são apenas satélites. Tudo gira em torno da história de uma vida”, isso significa conduzir um enredo a partir da vivência de alguém.

Compartilhar os relatos de vivências de mães negras que perderam seus filhos negros para o tráfico ou para a polícia, enquanto transgressores da moral do século XXI, escrevendo e participando de suas vidas, é transformar o silêncio político em resistência.

Portanto, tendo o Jornalismo Literário, em suas ramificações, para falar do silenciamento de mães negras, de suas vivências e significado delas, foi utilizado essas três abordagens de forma mesclada durante a análise aqui apresentada.

Martinez (2017) considera que o Jornalismo Literário pode ser entendido como a categoria representante de um gênero valorizador de narrativas, exigindo mais tempo para apuração e escrita. Em contra partida, não há uma definição concreta dessa modalidade jornalística, considerando o fato de que, segundo Martinez (p. 22, 2017), trate-se “de um campo em construção”.

Mesmo sendo contemplado com uma pluralidade de nomenclaturas – de acordo com diversos estudiosos – como Novo Jornalismo ou Jornalismo Gonzo, por exemplo, o que realmente importa é a observação dos acontecimentos jornalísticos, que não se prende por empecilhos linguísticos. (MARTINEZ, 2017). Afirma a autora:

Os expoentes mais significativos de Jornalismo Literário em geral possuem uma cosmovisão de mundo humanizante e abrangente, que tenta ser compreensiva (MARTINEZ, p. 27, 2017 apud KÜNSCH, 2014; MARTINO, 2014) para dar conta de relatar o complexo mundo em que vivemos (MARTINEZ, p. 27, 2017 apud MORIN, 2007).

Por isso, a prática desse formato de jornalismo requer interdisciplinaridade como por exemplo, História, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Filosofia, entre outras. Demanda do autor outros conhecimentos, como a Sociologia, por meio de estratégias de imersão como, por exemplo, a observação participante, que consiste “na inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada” (PERUZZO, 2017, p.162).

Ademais, é importante a presença de profissionais capazes de compreender o outro, evitando julgamentos e dispostos a mostrar a realidade do outro, sem a exposição de seu ponto de vista. “Interessa descobrir o que o outro pensa, sente e faz para criar relatos imersivos e envolventes.” (MARTINEZ, p. 27, 2017).

Para Martinez (2017) é essencial revogar três pontos que, por muito tempo, permearam o imaginário sobre as características do Jornalismo Literário. O primeiro deles é a falta de objetividade do gênero, o que é um equívoco, visto que essa particularidade jornalística é abastada de observações e um excessivo trabalho investigativo.

Em seguida, tem-se a necessidade de florear os textos, destituindo o formato do lead. Dentro da modalidade apresentada, existem características predominantes que direcionam a escrita, como “a construção cena a cena; o uso de diálogos; os símbolos de status de vida e, mais difícil de ser encontrado, o ponto de vista flexível” (MARTINEZ, p. 29, 2017 apud WOLFE, 2005), além da utilização da narrativa como recurso intuitivo usado pelo jornalista, que é autor por formação e também narrador “uma criação do autor, que existe para narrar a obra” (MARTINEZ, p. 29, 2017).

E por fim, a alegação de falta de interesse do público em relatos mais longos de um fato, principalmente se este utilizar aparatos digitais para sua propagação. Uma contradição, visto que esse modelo é característico do ambiente digital. Aparentemente o maior desafio é criar um vínculo afetivo com o leitor, que, ao ser sanado, a dimensão do texto tem grandes chances de deixar de ser importante.

Dentre as características do jornalismo literário, há a exigência de apuração minuciosa do ocorrido, sem adição de histórias imaginativas, mentiras ou meias verdades, respeitando o vínculo com a fonte e com o leitor. Sendo esse um atributo contumaz em todo gênero jornalístico.

Uma vez que as histórias de vida se constituem no cerne do Jornalismo Literário, elas teriam na medida do que fosse possível ao jornalista literário o potencial de ampliar a tentativa de compreensão sobre si mesmo e sobre o outro, num notável exercício de alteridade que se estende à relação com a comunidade e/ou a sociedade na qual ambos se inserem (MARTINEZ, p.31, 2017).

Assim sendo, essa modalidade de jornalismo permite ao leitor conhecer, não somente o fato, mas também que o está narrando, suas percepções, sem evidenciar seus critérios de valores, visto que esse não é o recorte do gênero. Ademais, os próprios jornalistas necessitam entender a complexidade do jornalismo literário e de sua construção, considerando suas par-

ticuliaridades e seu público.

## Discutindo os resultados: entre a dor e a resiliência

Como já informado, foram entrevistadas duas mulheres, ambas moradoras de Aragarças – GO que passaram por experiências negativas de perda de seus filhos e anteriores situações de violência e envolvimento dos filhos com entorpecentes. A história das duas mulheres iniciou-se de modo distinto, uma nasceu na zona rural e mudou-se para a cidade quando adolescente para estudar, mas interrompeu os estudos tendo se casado e sido mãe em seguida. Observa-se que ela parece não ter assimilado ainda essa mudança, sendo que ela tinha 51 anos quando foi entrevistada e seu filho 20 anos quando desapareceu. A outra nasceu numa pequena cidade e teve contato com a prostituição desde adolescente e parece ter naturalizado tal experiência. Tinha 57 anos quando entrevistada e seu filho faleceu aos 38 anos.

Conversando com pessoas que moram em Barra do Garças desde seu nascimento, dentre elas, alguém que já esteve inserido no contexto de criminalidade da cidade, descobriu-se que essas situações de morte pela polícia são quase escassas na cidade, não tendo sido identificado o motivo podendo ser por causa da proximidade da polícia com o bandido, por não haver pesquisas que abordem tal fato ou mesmo por haver menor violência policial nessa região do Estado ou ainda porque a população concorda com o lema “bandido bom é bandido morto” e não deseja falar sobre o tema. Por isso, buscamos casos na cidade vizinha, Aragarças – GO.

Embora a quantidade de fontes não seja representativa do contexto da cidade, as duas histórias individuais apresentam um elo: filhos de mulheres afrodescentes mortos em situação de violência ainda não esclarecida pela poder público.

Em meio às entrevistas, decidimos modificar o viés da pesquisa, deixando a história de cada personagem do livro e enfatizando mais suas vozes do que a construção jornalística; nem de forma linear. Levou-se em consideração que a resistência da mulher negra é histórica e ancestral, sendo assim elas crescem e permanecem resistindo, entretanto, a morte de um filho faz parte da história delas, mas não é a história delas.

Suas narrativas indicam que o pouco acesso à educação que elas e seus companheiros tiveram contribuiu para o desfecho da história dos filhos que perderam. Os relatos de ambas as mulheres indicam pouca assistência do Estado na recuperação de seus jovens filhos envolvidos com uso ou venda de drogas e ainda na elucidação do assassinato deles e busca por respostas. A primeira entrevistada, por exemplo, é oriunda da zona rural e deu início a segunda fase do Ensino Fundamental, enquanto a primeira apesar de ter passado pela escola, faz várias referências à formação de sua identidade em uma casa de prostituição e poucas vezes em uma instituição de ensino. A trajetória de cada uma das mulheres contribui com sua formação identitária, inclusive incidindo sobre a ideia que elas tem da sua própria cor. A entrevistada 1, por exemplo, afirma:

Olha eu nem sei, eu falo que sô negra e ai os menino fala “não a senhora não é negra”, porque meus irmão é tudo bem moreno né? Nois era quatro mais claro que meu pai era branco, minha mãe era negra. Só eu, meu irmão um que morreu, dois que morreu e eu e Waldomiro também, Waldomiro é da minha cor, mas meu cabelo é de negro (OLIVEIRA, 2019, p.40).

Aqui há uma identificação que ocorre na relação e na identificação com outro, os filhos da entrevistada. Conforme Ciampa (1987) identidade é fruto daquilo que vivemos e do que somos, ou seja, em constante metamorfose, sendo consequência temporária do cruzamento entre a história individual (seus projetos), questões histórico-sociais e projetos.

As histórias de ambas as mulheres são perpassadas pela dor da perda de pessoas amadas.

A segunda entrevistada se identifica como uma mulher trabalhadeira que lutou para criar os filhos: “Eu cai na vida muito, muito, muito cedo. Prostitui. Me prostitui pra cria eles,

mas sempre eu fui trabaia-dera, sempre eu trabaiei, sabe fui muito trabaia-dera.” (Entrevista concedida em 2019). Apesar de ser uma mulher trabalhadeira, ela é alcoólatra e isso parece prejudicar suas relações e parece bloquear a superação diante da morte do filho.

Por outro lado, cresceu dentro de um prostíbulo e se refere à profissão de prostituta com naturalidade de quem vem de uma descendência de mulheres prostitutas na família (sua mãe, sua avó), o que não é comum na sociedade brasileira. Isso certamente definiu sua identidade feminina.

Eu nasci e me criei aqui [Aragarças - GO] nasci na rua 10, hoje..ai eu nem me lembro mais, é José Leão Pinto, mas antigamente quando eu nasci lá né, nasci em 61 lá, então era arua da areia, a rua da paia, porque eles tinha muitas casade paia, muitas casas barriada mesmo, minha casa era tudobarriada que eu mais meus pais nós mesmo barriava, de barro (OLIVEIRA, 2009, p.54).

No fragmento acima, identificamos uma narrativa em primeira pessoa marcada pelos verbos no pretérito “nasci”, “criei” “barrariava”, que indicam fatos e ainda lembranças, mostrando a vida, a família, a moradia e ainda fatos da história da cidade de Aragarças. Embora a entrevistada tente não demonstrar sofrimento em relação ao passado, foi possível notar as dificuldades para criar os filhos. Por outro lado, com o tempo, o ser humano pode fantasiar o passado ou mesmo encená-lo com o próprio corpo: “[...] a narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado.” Sarlo (2007, p. 24).

Além da história pessoal narrada, as entrevistadas vivem na cidade de Aragarças na qual há pouca oferta de prevenção de uso de drogas ou orientação aos jovens adolescentes e as histórias trágicas de seus filhos marcaram e mudaram o modo como elas se percebem no mundo.

Esses fatos estão envoltos em questões como lentidão dos agentes públicos em relação às buscas a exemplo da dificuldade de acesso ao Fórum de Aragarças, que se encontrava fechado para a época natalina (quando o filho de uma das entrevistadas desapareceu) preconceito, já que, o desaparecido era dependente químico e embora isso não seja dito pela entrevistada fica implícito que as autoridades não estavam tão comprometidas em procurá-lo por este motivo. A narrativa da mãe está envolta em dor e indignação, visto que, também a vemos narrar fatos que relativos a crimes como roubos ou uso do filho, como aquele que transportaria objetivos roubados por outros jovens mais experientes que ele. Nota-se que na sua narrativa, ela busca entender o que houve enquanto narra. Ela se refere ainda à morte de um dos rapazes que acredita estar envolvido na morte do filho, informando que ele teria sido morto por vingança pela morte do filho por outro integrante do grupo. Observa-se incompreensão, dor e certa naturalização do que ocorreu no campo extraoficial, por um lado; desconhecimento e indignação em relação ao papel do Estado (investigação policial, juizado e Instituto Médico Legal), por outro.

Essa incompreensão relaciona-se à demora na entrega do resultado do DNA para identificação do cadáver encontrado, que foi inconclusiva tendo saído apenas dois anos após o desaparecimento do filho, além de ter sido necessário entrar no Ministério Público para que o exame fosse refeito. Além disso, houve um problema em relação à interpretação do exame, visto que o resultado não expressa claramente se o cadáver é filho ou não dessa ou daquela pessoa, mas apresenta um percentual de proximidade, compreendido por cientistas, mas não por leigos.

Por outro lado, identificamos também certo ressentimento em relação à namorada do filho, que também era uma adolescente, estava envolvida no crime e que talvez não tivesse também consciência, a longo prazo, dos resultados das suas ações. Nesse sentido, nota-se, mais uma vez, a ausência do Estado no sentido de dar assistência psicológica às famílias que passaram por problemas com violência de toda ordem.

Mesmo com todas as adversidades advindas da morte prematura de seu filho, a entrevistada afirma que o que a manteve vivendo e ainda tricotando para manter seu lar, foram

as vidas que permaneceram. Por um tempo, seus filhos tiveram que cuidar dela, até que ela entendeu que existiam outras pessoas que dependiam dela. Essa parcial recuperação, não a impediu de manter o retrato e as coisas de seu filho em casa.

Para o futuro, ela pretende voltar para a fazenda, já que necessita ir para a colheita para auxiliar uma vizinha de suas terras na área rural. Todos os seus filhos já são maiores de idade e a casa em que moram é da família, o que daria uma segurança para que ela possa partir e voltar a morar onde ela não queria ter saído. O projeto era ficar nos tempos de colheita e voltar na época de plantação, isso significa residir na zona rural de quatro a oito meses por ano, e os outros meses restantes com sua família.

A segunda entrevistada nasceu e cresceu em um bordel localizado ruas atrás de sua atual residência, próximo ao rio da cidade, onde acompanhou e pode se familiarizar com os trabalhos de sua mãe. Enquanto nova, auxiliava nas atividades de casa junto com sua irmã, lavando roupas e cozinhando, quando obteve certa idade passou a trabalhar assim como a mãe, se prostituindo, o que pra ela foi natural, visto que as mulheres de sua família traziam esse ofício em sua história. Entretanto, observa que tal ocupação não era bem vista na sociedade da época, e ela evitava passar por determinadas ruas e calçadas para não ser xingada, ou agredida com baldes de água que as pessoas jogavam nela.

Como dito anteriormente, a entrevistada tem problemas com álcool, e essa era uma característica também das pessoas com quem ela se relacionava quando adolescente. A entrevista também abordou o relacionamento dela com os outros dois filhos, o sobrinho que mora com ela, o irmão também alcoólatra que veio a falecer, o seu amigo e também vizinho, além do homem com quem mantinha relações íntimas. Com exceção de seus filhos, toda a família havia tido problemas com esse tipo de entorpecente.

Eu bebo muuuuuuito também sabe? Eu bebo muito, eu não bebi porque eu não achei nenhuma hj, eu também não vou sair pra procurar, to de boa. Ai ele – sobrinho - saiu ontem que ontem ele tava fazendo 30 anos né? E até agora... Na casa que ele costuma ir huum ele não ta, sabe eu já perguntei e ele não ta. Então essa casa aqui é dele sabe porque isso daqui era da minha irmã, minha irmã mais nova di que eu. Morreu também, cirrose (OLIVEIRA, 2019, p. 63).

Ela informou que tinha contato com a filha, que a ajudava financeiramente, a visitava e cuidava dela: “Eu tenho mia filha que é uma mãe pra mim é uma mãe, é minha filha é minha amiga sabe? É minha filha mais velha. Ai muito boa pra mim sabe?” (Entrevista realizada em 2019). Enquanto, ela perdera filho mais novo e o contato com o filho do meio. Ele mudou de cidade e hoje não se falam mais. A todo o momento, quando fala desse outro filho, a dor é intensa, como se ela tivesse perdido dois filhos, mesmo assim não deixa de demonstrar preocupação sobre como ou onde ele está.

Mesmo com toda a dificuldade em que vive, nunca deixou de ser próxima ou ter afeição com seus familiares e isso é apresentado quando ela fala de sua proximidade com a ex nora – mulher do filho que faleceu -, sua neta e sua bisneta. Quando fala dessa relação, relembra o quanto o filho a auxiliava quando não estava preso, é incisiva ao falar que ele era o mais próximo dos três.

Apesar de mais próximo, ele não seguiu o conselho da mãe em se afastar de grupos que usavam entorpecentes e foi preso a primeira, por roubo, vez quando era menor de idade. Entre idas e vindas do sistema penitenciário, muitas vezes ficando em cidades vizinhas, entrou para a organização Comando Vermelho<sup>5</sup>, e morreu no que a mãe acredita ter sido uma emboscada, em outra cidade de Goiás.

As duas mulheres falam de seus filhos com muita saudade e nenhuma delas consegue

<sup>5</sup> Comando Vermelho Rogério Lemberg, conhecida como Comando Vermelho, CV ou CVRL, foi criada em 1979 no estado do Rio de Janeiro, no Instituto Penal Cândido Mendes em Ilha Grande. É hoje uma das maiores organizações criminosas do país.

explicar realmente o que é ser uma mulher negra na sociedade, além de desconhecem movimento de mulheres negras. Não são feministas na palavra e não estão inclusas em redes de apoio para mulheres que sofreram esse tipo de trauma, por isso lidam com a morte dos seus filhos da forma que podem e que conhecem.

Estar inserida nesse contexto sem auxílio reflete a falta de apoio e invisibilidade dessas mulheres, no interior de um Estado. Mas não só isso, nos faz questionar para quais mulheres estamos realmente olhando e qual é o real significado da união das mulheres, visto que essas duas histórias exemplificam o que muitas mães enfrentam sozinhas. A luta das mulheres negras em pertencer aos espaços e poder viver nos mesmos é longa, e essas duas mães seguem lutando fora dos movimentos que a encampam.

## Considerações Finais

Neste texto, buscamos explicitar a resistência sistêmica da mulher negra, seu histórico de lutas e resistência mesmo quando as situações da vida tentam silenciá-la. Para tanto, é trazido à tona a história de luta vivenciada por mulheres negras periféricas que perderam seus filhos para o mundo do crime e foram mortos, vítimas de violência policial. O intuito deste foi apresentar e analisar suas histórias, a realidade social e política, ou seja, os modos de resistência social e ideológica, além da sobrevivência dessas mães antes e depois da morte desses filhos, considerando o genocídio – extermínio parcial ou total de uma comunidade, neste caso, o da população negra, mais precisamente meninos e homens negros, entre 15 e 40 anos.

Durante a realização do trabalho pode-se observar, que essas mulheres resistem por impulso, lutam por determinação. Percebe-se a tristeza e depressão que as acomete, sem que elas próprias se deem conta que essa depressão não é apenas, pela sua perda, mas de acordo com os pesquisadores, as lutas, a humilhação, a sub-humanização da raça negra, desde os tempos da escravidão, fez com que esses sentimentos de impotência e depressão, se enraizassem através dos tempos

Ao realizar este trabalho, questionamos, o que é feminismo, o que é ser negro, o que é resistência. Conclui-se que, para as mães entrevistadas, ser mulher, ser negra é resistir, não por serem feministas, mas por serem mães, que buscam continuar, ainda que um pedaço seu tenha sido arrancado, ainda que a dor lhes corte o peito, arrancando-lhes a voz da garganta e cravando-lhes na alma o peso da perda.

Para essas mulheres, desistir não é uma opção. As mulheres que concederam entrevistas deveriam ter por nome Resistência, uma por que já passaram por tantos percalços e porque, simplesmente, não sabem mais desistir./, Ainda que para isso, uma delas, se afogue na bebida, e ambas, por pensarem nos outros filhos e na importância que têm na formação deles, resistem.

Mulheres, negras, interioranas, poderiam ter por nome Resistência dada à sua capacidade de lutar e sobreviver, ainda que sua trajetória através dos tempos tenha sido de abusos (tanto físicos, quanto morais e psicológicos), resistir é servir de pilastra, mesmo sem perceber, para que outras, ainda que não as conheçam, continuem resistindo e tentando viver sua própria história, ainda que lhes falte um pedaço.

## Referências

FERRARI, A. J. **O silêncio da Dona Amélia. Mulheres em discurso: identificação de gênero e práticas de resistência**, Pontes Editores, p 231 – 250, 2017. Acesso em: 12 jul. 2018.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 2, p. 374 – 389, 2011. ISSN 1414-9893. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932011000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200013). Acesso em: 24 jul. 2018.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: \_\_\_\_\_. **Histórias das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. v. 2, cap. 15, p. 510 – 553. Disponível em: [http://www.academia.edu/1617583/Ser\\_mulher\\_m%C3%A3e\\_e\\_pobre](http://www.academia.edu/1617583/Ser_mulher_m%C3%A3e_e_pobre). Acesso em: 24 jul. 2018.

HOOKS, B. Mulheres negras e feminismo. In: GUETO, P. (Ed.). **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo**. [S.l.: s.n.], 2014a. cap. 4, p. 114 – 139. Acesso em: 14 abr. 2019.

HOOKS, B. Racismo e feminismo: a questão de responsabilidade. In: GUETO, P. (Ed.). **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo**. [S.l.: s.n.], 2014b. cap. 4, p. 86 – 113. Acesso em: 14 abr. 2019.

IBGE. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Estatísticas sociais, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html> Acesso em: 06 de Jul. 2019.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: \_\_\_\_\_. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. v. 2, cap. 13. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/372651366/SOIHET-Rachel-MULHERES-POBRES-E-VIOLENCIA-DO-BRASIL-URBANO-PRIORE-Mary-HISTORIA-DAS-MULHERES-NO-BRASIL>. Acesso em: 24 jul. 2018.

NASCIMENTO, A. Exploração sexual da mulher africana. In: \_\_\_\_\_. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 4 edição. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016a. cap. 3, p. 73 – 77. Acesso em: 14 abr. 2019.

NASCIMENTO, A. O branqueamento da raça: uma estratégia de genocídio. In: \_\_\_\_\_. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 4 edição. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016b. cap. 5, p. 83 – 82. Acesso em: 14 abr. 2019.

NASCIMENTO, A. O mito do “africano livre”. In: \_\_\_\_\_. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 4 edição. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016c. cap. 4, p. 79 – 82. Acesso em: 14 abr. 2019.

MARINEZ, Mônica. Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.40, n.3, p.21-36, 2017.

PENA, F. **Jornalismo literário**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011. ISBN 978-85-7244-324-1. Disponível em: <https://editoracontexto.com.br/autores/felipe-pena/jornalismo-literario.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

PERUZZO, Círcia Maria Khroling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v.XXIII, n.Especial III, p.161–190, 2017.

OLIVEIRA, Júlia Silva de. **Mãe de Filho Preto, Mãe de Filho Morto. Mulheres e Resistência**. Trabalho Final de Curso apresentado à Curso de Comunicação Social – Jornalismo, do Campus Universitário do Araguaia, da Universidade Federal de Mato Grosso, 2019.

SOARES FILHO, A. M. Vitimização por homicídios segundo características de raça no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, DF, v. 45, p. 745 – 755, 08 2011. ISSN 0034-8910. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=en&pid=S0034-89102011000400015>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Recebido em 28 de abril de 2021.

Aceito em 25 de maio de 2021.

